

O presente anúncio no sítio web do TED: <https://ted.europa.eu/udl?uri=TED:NOTICE:268673-2020:TEXT:PT:HTML>

**Espanha-Alicante: Convite à manifestação de interesse (AMI/009/20) para estabelecer uma lista de fornecedores para fornecer especialização independente e prática sobre serviços especializados no domínio dos direitos de propriedade intelectual 2020/S 111-268673**

**Convite à manifestação de interesse**

**1. Entidade adjudicante**

Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia, V-03965324, Avenida de Europa, 4, E-03008 Alicante, ESPANHA, Endereço eletrónico: [procurement@euipo.europa.eu](mailto:procurement@euipo.europa.eu), Endereço principal: <https://euipo.europa.eu/ohimportal/en/public-procurement>

**2. Âmbito**

O Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia (doravante o EUIPO) publica um convite à manifestação de interesse (Número de referência do ficheiro: AMI/009/20) para estabelecer uma lista de candidatos para fornecer especialização independente e prática sobre serviços especializados no domínio dos direitos de propriedade intelectual, tal como descrito no anexo técnico e administrativo. Os serviços serão prestados ao EUIPO no âmbito das suas atividades na UE e em países terceiros e dos seus projetos financiados pela UE (<https://ipkey.eu/en> e <https://euiپoeuf.eu/en>).

As entidades interessadas são convidadas a consultar o anexo administrativo e técnico disponível no sítio Web «e-Tendering».

**3. Procedimento de registo**

As manifestações de interesse devem ser apresentadas por via eletrónica apenas através de «e-Tendering»: <https://etendering.ted.europa.eu/cft/cft-display.html?cftId=6554>

Quaisquer questão deve ser colocada por escrito apenas através do sítio Web «e-Tendering» supra na aba «Perguntas e respostas», clicando em «Criar uma pergunta». Podem ser enviados em qualquer momento durante a validade do convite à manifestação de interesse, exceto nos 3 últimos meses anteriores ao final da validade das listas.

A inclusão na lista não vincula a entidade adjudicante a celebrar contratos.

**4. Informações e documentos a fornecer**

As partes interessadas devem fornecer os seus dados de contacto completos na sua manifestação de interesse, em particular o nome do participante (pessoa singular ou coletiva) e o endereço eletrónico de contacto.

Os candidatos convidados a apresentar uma proposta ou um pedido de participação devem apresentar uma declaração de honra atestando que não se encontram em nenhuma das situações de exclusão (enumerados no ponto 10) e que cumprem os critérios de seleção e, quando aplicável, de elegibilidade relacionados com o contrato em questão. O EUIPO pode, a qualquer momento, solicitar aos fornecedores que apresentem provas de não exclusão. Em qualquer momento antes da celebração de um contrato, os fornecedores convidados podem ser convidados a apresentar comprovativos relacionados com a seleção e, quando aplicável, critérios de elegibilidade.

**5. Descrição geral do procedimento**

As partes interessadas são convidadas a apresentar uma manifestação de interesse em conformidade com as normas estabelecidas no presente anúncio.

A entidade adjudicante elaborará uma lista de fornecedores que manifestaram o seu interesse.

No caso de ser celebrado um contrato relativo ao domínio descrito no ponto 7, a entidade adjudicante convidará todos os fornecedores da lista a apresentarem uma proposta (procedimento numa fase) ou um convite à participação seguido de uma proposta (procedimento em duas fases). No caso de um procedimento realizado numa fase, a entidade adjudicante irá enviar aos fornecedores o caderno de encargos relativo ao contrato em questão.

No caso de um procedimento em duas fases, a entidade adjudicante enviará aos fornecedores apenas o objeto do contrato e os critérios de exclusão e seleção/elegibilidade. Numa segunda fase, apenas os fornecedores que cumpram estes critérios receberão o caderno de encargos e serão convidados a apresentar propostas.

6. **Utilização da lista resultante do presente anúncio**

A lista resultante do presente anúncio pode ser utilizada exclusivamente para contratos públicos dos seguintes tipos — contratos de serviços entre 15 000 EUR e 139 000 EUR por contrato — apenas no caso de contratos de ação externa (projetos financiados pela UE): contratos de serviços entre 20 000 EUR e 300 000 EUR por contrato — seleção de candidatos a serem convidados num processo por negociação para contratos de valor médio e baixo (valor abaixo dos limiares supramencionados).

7. **Descrição completa dos domínios abrangidos pelo convite à manifestação de interesse**

Será solicitado aos contratantes que forneçam especialização externa independente e prática para prestar assistência ao EUIPO em particular o observatório sobre a violação dos direitos de propriedade intelectual (doravante o «observatório») e o Serviço de Cooperação Internacional (doravante «CI») em países da UE e em países terceiros para promover a cooperação em matéria de PI e aumentar a sensibilização efetiva para a PI.

O âmbito inclui estudos económicos relacionados com questões de PI e não PI, estudos jurídicos, estudos de aplicação e atividades no domínio dos diferentes direitos de propriedade intelectual.

Os serviços podem incluir reforço de capacidades, assistência técnica, investigação académica, atividades de sensibilização, desenvolvimento de guias, manuais e relatórios ou monitorização e avaliação, investigação comparativa e avaliação, elaboração de contribuições para promover a cooperação em matéria de PI e aumentar a sensibilização efetiva para a PI.

Para cada contrato, será indicada uma descrição das tarefas e/ou resultados a apresentar pelos contratantes.

8. **Local de entrega**

O local de entrega pode variar dentro e fora da Europa. Será especificado em cada convite à apresentação de propostas/pedido de participação.

9. **Prazo de validade da lista resultante do presente convite à manifestação de interesse**

A lista resultante do presente anúncio é válida durante 4 anos a partir da publicação do presente anúncio. As partes interessadas podem apresentar uma manifestação de interesse em qualquer altura, antes dos 3 últimos meses do período de validade da lista.

10. **Critérios de exclusão**

São excluídos da participação os fornecedores que:

a) se encontrem em situação de falência, sujeitos a um processo de insolvência ou de liquidação, cujos bens estejam sob administração de um liquidatário ou sob administração judicial, se tiverem celebrado um acordo com os credores, se as suas atividades empresariais estiverem suspensas ou se encontrarem em qualquer

situação análoga resultante de um processo da mesma natureza ao abrigo da legislação ou regulamentação europeia ou nacional;

b) tiver sido confirmado, por sentença judicial transitada em julgado ou por decisão administrativa definitiva que a pessoa está em violação das suas obrigações referentes ao pagamento de impostos ou contribuições da segurança social de acordo com a legislação aplicável;

c) tiver sido confirmado, por sentença judicial transitada em julgado ou por decisão administrativa definitiva, que a pessoa cometeu uma falta grave em matéria profissional por ter violado disposições legislativas ou regulamentares ou regras deontológicas aplicáveis à profissão à qual pertence, ou por ter cometido qualquer comportamento ilícito que tenha um impacto sobre a sua credibilidade profissional, sempre que tal comportamento denote uma intenção dolosa ou uma negligência grave, incluindo, em particular, qualquer um dos seguintes comportamentos:

(i) apresentação de forma fraudulenta ou negligente de informações falsas no que diz respeito às informações exigidas para a verificação da inexistência de motivos de exclusão ou do cumprimento dos critérios de seleção ou de execução de um contrato ou acordo,

(ii) celebração de um acordo com outras pessoas com o objetivo de distorcer a concorrência,

(iii) violação dos direitos de propriedade intelectual,

(iv) tentar influenciar o processo de decisão da entidade adjudicante durante o procedimento de adjudicação,

(v) tentativa de obter informações confidenciais suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no procedimento de adjudicação;

d) tenha sido confirmado, por sentença judicial transitada em julgado, que a pessoa é culpada do seguinte:

(i) fraude, na aceção do artigo 3.º da Diretiva (UE) 2017/1371 e artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias, estabelecida por ato do Conselho de 26 de julho de 1995,

(ii) corrupção, tal como definida no artigo 4.º, n.º 2, da Diretiva (UE) 2017/1371 e no artigo 3.º da Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários das Comunidades Europeias ou dos Estados-Membros da União Europeia, estabelecida pelo ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e conduta mencionada no artigo 2.º, n.º 1, da Decisão-Quadro 2003/568/JHA do Conselho, bem como corrupção tal como definida na lei aplicável,

(iii) conduta relacionada com uma organização criminosa, tal como definida no artigo 2.º da Decisão-Quadro 2008/841/JHA do Conselho,

(iv) branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, tal como definidos no artigo 1.º, pontos 3), 4) e 5) da Diretiva (UE) 2015/849 do Parlamento Europeu e do Conselho,

(v) infrações relacionadas com o terrorismo ou infrações relacionadas com atividades terroristas, tal como definidas, respetivamente, no artigo 1.º e no artigo 3.º da Decisão-Quadro 2002/475/JHA do Conselho, ou ainda instigação, cumplicidade ou tentativa de cometer tais infrações nos termos do artigo 4.º da referida decisão,

(vi) trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, tal como definidas no artigo 2.º da Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho;

(e) tiver revelado deficiências significativas no cumprimento das principais obrigações decorrentes da execução de um contrato ou de um acordo financiado pelo orçamento da União, que tenham conduzido à sua rescisão ou à aplicação de indemnizações por perdas e danos ou de outras sanções contratuais, ou que tenham sido

detetadas na sequência de controlos, auditorias ou investigações efetuados por uma entidade adjudicante, pelo Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) ou pelo Tribunal de Contas;

(f) tiver sido confirmado, por sentença judicial transitada em julgado ou por decisão administrativa definitiva, que a pessoa cometeu uma irregularidade na aceção do artigo 1.º, n.º 2, do Regulamento (CE, Euratom) n.º 2988/95 do Conselho;

(g) tiver sido confirmado, por sentença judicial transitada em julgado ou por decisão administrativa definitiva que a pessoa tenha criado uma entidade numa jurisdição diferente com a intenção de contornar obrigações fiscais, sociais ou quaisquer outras obrigações legais na jurisdição da sua sede registada, administração central ou principal local de negócio;

h) (apenas para as pessoas coletivas), tiver sido confirmado, por sentença judicial transitada em julgado ou por decisão administrativa definitiva que a pessoa tenha criado uma entidade numa jurisdição diferente com a intenção prevista na alínea (g).

Para as situações referidas nas alíneas (c) a (h) supra, a pessoa está sujeita:

(i) factos apurados no contexto de auditorias ou investigações realizadas pela Procuradoria Europeia depois do seu estabelecimento, o Tribunal de Contas, pelo Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) ou por auditoria interna, ou qualquer outra averiguação, auditoria ou controlo efetuado sob a responsabilidade de um gestor orçamental de uma instituição da UE, de um gabinete europeu ou de um organismo ou agência da UE;

(ii) decisões administrativas não definitivas, que podem incluir medidas disciplinares tomadas pelo órgão de supervisão competente responsável pela verificação da observância das normas de ética profissional;

(iii) factos mencionados em decisões de entidades ou pessoas a quem foram confiadas tarefas de implementação do orçamento da UE;

(iv) informação transmitida por Estados-Membros em implementação de fundos da União;

(v) decisões da Comissão relativas à infração das regras de concorrência da União ou de uma autoridade nacional competente relativas à infração do direito da concorrência nacional ou da União; ou

(vi) decisões de exclusão por um gestor orçamental de uma instituição da UE, de um gabinete europeu ou de um organismo ou agência da UE.

11. **Transparência «ex-post»**

As informações relativas aos contratantes que tenham celebrado um contrato com um valor superior a 15 000 EUR adjudicado no seguimento do procedimento disposto no ponto 4 serão publicadas no sítio da entidade adjudicante o mais tardar até 30 de junho do ano posterior à adjudicação do contrato.

Estas informações incluirão nome, localidade (endereço para pessoas coletivas e região de origem para pessoas singulares), montantes, e objeto do contrato. Para pessoas singulares, a informação será removida 2 anos

após o ano de adjudicação do contrato.

12. **Data de envio do anúncio**

29 de maio de 2020

13. **Data da receção pelo Serviço das Publicações**